

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica
23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho 10: Formação de Professores de Ciências Sociais

**A Reforma da Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT: Entre os
Limites e as Possibilidades Contextuais para Mudanças.**

Silvana Maria Bitencourt
(Departamento de Sociologia e Ciência Política)
(Universidade Federal de Mato Grosso)

Telmo Antonio Dinelli Estevinho
(Departamento de Sociologia e Ciência Política)
Universidade Federal de Mato Grosso

Reforma da Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT: Entre os Limites e as Possibilidades Contextuais para Mudanças

Resumo: O presente trabalho aborda o atual processo de reforma que está ocorrendo no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT. Essa reforma atende as novas diretrizes implementadas pelo Ministério da Educação por meio de uma resolução específica, cujo teor ressalta a construção de uma identidade própria para os cursos de licenciatura. Analisando o histórico da disciplina Sociologia no ensino médio bem como as recentes reformas impostas pelo MEC na estruturação curricular, fatores estes que impactam diretamente na formação de professores, este trabalho tem como objetivo analisar as limitações e as possibilidades que o curso de Ciências Sociais da UFMT vem enfrentando diante deste contexto. Conforme resultados, podemos verificar que as mudanças propostas alteram a estrutura curricular impactando também na formação de professores, direcionando o curso de Ciências Sociais para reformas pontuais e não estruturais. Podemos concluir que a reforma não atinge problemas centrais como a atual evasão e a articulação entre teoria e prática profissional.

Palavras-chave: Formação de professores, Ensino de Sociologia, Reforma da Licenciatura.

Introdução

O presente trabalho aborda o processo de reforma que está ocorrendo no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT. Essa reforma atende as novas diretrizes implementadas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da resolução nº2, de 1º de julho de 2015, cujo teor ressalta a construção de uma identidade própria para os cursos de Licenciatura.

A resolução tratada neste artigo é o último documento legal emitido pelo MEC, que normatiza os cursos de formação de professores no país. Assim, todos os cursos de Licenciatura serão obrigados a reformular a sua grade curricular até o início de 2018, a partir de uma série de definições pedagógicas. Definições, essas que enfatizam temas como: Direitos Humanos; Estudos de Gênero, Diversidade Étnico- Racial, entre outras questões. A resolução foi promulgada no segundo governo Dilma e foi resultado de anos de discussão no interior do Conselho Nacional de Educação (CNE). O objetivo principal da resolução consiste em aprimorar os cursos de formação de professores, visando atender lacunas existentes na Educação Básica.

Desta maneira, os cursos de Licenciatura devem postular uma identidade própria, ao mesmo tempo em que se distanciam da formação dos cursos de Bacharelado. Tal ênfase na distinção entre cursos de graduação em Licenciatura e em Bacharelado aciona dificuldades – além da reforma curricular – pois o horizonte comum dos cursos no Brasil é a formação simultânea nas duas modalidades. Ainda que a legislação tenha sinalizado há alguns anos para a diferenciação entre Licenciatura e Bacharelado, na prática isto não tem ocorrido gerando uma sobreposição entre as modalidades.

Analisando o histórico da disciplina Sociologia no Ensino Médio bem como as recentes reformas impostas pelo MEC na estruturação curricular, fatores estes que impactam diretamente na formação de professores, este trabalho tem como objetivo analisar as limitações e as possibilidades que o curso de Ciências Sociais da UFMT vem enfrentando diante deste cenário.

Para atingir este objetivo será realizada uma análise documental dos processos correspondentes à reforma do ensino médio ao lado dos documentos que normatizam a reforma das Licenciaturas. Nesse sentido, serão observadas e analisadas as reuniões da comissão de reforma do curso de Licenciatura a fim de compreender as principais dificuldades encontradas para atender e interpretar esses documentos, considerando o projeto pedagógico vigente.

O presente texto para fins metodológicos foi dividido em três partes; na primeira parte serão contextualizadas algumas discussões referentes às necessidades de reformas no curso, sendo essas pensadas pelo colegiado nos últimos sete anos; no segundo momento desenvolveremos como tem sido realizada a reforma propriamente dita no curso a partir das reuniões da comissão de organização e redação do projeto pedagógico (PPC) do curso de Ciências Sociais – Licenciatura e finalizando no terceiro momento apresentaremos algumas reflexões sobre a efetiva necessidade de reforma, considerando o atual cenário da educação básica no Brasil.

1. Quando se pensava em reformas na Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT

A reforma do curso de Licenciatura em Ciências Sociais sempre se apresentou como um assunto presente e pertinente durante algumas reuniões do colegiado do curso¹. Nessas reuniões a necessidade de renovar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC/2013) era justificada por diversos membros do colegiado por meio das implicações vivenciadas pela atual matriz curricular.

Segundo algumas avaliações desses membros, a matriz curricular vigente é incompatível com o perfil do estudante de Ciências Sociais da UFMT.

Nesse sentido, os argumentos construídos pelo colegiado do curso para alterar a grade curricular, buscavam adequar à realidade do estudante, sendo que esse tinha pouco tempo para estudar, portanto se pensava em um curso “menos teórico”.

O curso de Ciências Sociais da UFMT foi criado em 2003 e tem estado em funcionando desde então. A única reforma ocorrida no curso foi a distinção entre Licenciatura e Bacharelado – com a criação de turmas específicas – em 2010. Ainda que o horizonte da reforma esteja presente no discurso do corpo docente esta nunca foi efetivada.

Contudo, percebemos a partir de nossa experiência com o corpo discente do curso muitas dificuldades, desse em elaborar projetos de pesquisa e defender o trabalho de conclusão de curso no prazo máximo de quatorze semestres. Visto que os estudantes têm estendido seu tempo de permanência no curso, logo esse tempo tem sido um “problema” vivenciado pela atual coordenação do curso e por alguns membros do corpo docente.

Nos últimos anos esses membros começaram a recusar orientações e também “ameaçam” suspendê-las, por essas não render em seus currículos *lattes*, considerando que alguns desses professores estão atualmente credenciados em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Este problema mantém-se mesmo quando o perfil do estudante em Ciências Sociais tem sido alterado em favor de um corpo discente mais jovem e, portanto mais interessado na carreira profissional e acadêmica.

¹Os autores fazem parte do colegiado de curso, sendo um deles atual coordenador do curso e o outro foi coordenador da Licenciatura do período de maio de 2013 a maio de 2015.

Sendo que alguns estudantes têm investido em participar de programas institucionais oferecidos por agências de fomento do governo federal, que visam desenvolver no estudante o *habitus*² por atividades acadêmicas como é o caso do Programa Institucional de bolsas de Iniciação à docência (Pibid) - Sociologia na UFMT (BITENCOURT, RODRIGUES, 2015).

Parte do corpo docente tem apontado uma incompatibilidade entre os estudantes e o Projeto Pedagógico do Curso, expressos nos seguintes problemas: o alto índice de evasão escolar³; o tempo de permanência no curso⁴; a busca por uma identidade própria para a Licenciatura; o insuficiente diálogo entre as disciplinas obrigatórias e específicas⁵; a dissociação entre teoria e prática entre outros problemas que implicavam no encaminhamento do curso. Vale a pena ressaltar que esses problemas estavam influenciando diretamente na motivação dos estudantes e também dos docentes.

Analisando o atual PPC (2013) do curso, podemos verificar que esse oferece uma grade curricular que objetiva: inicialmente formar o licenciado a partir de determinados conteúdos selecionados das Ciências Sociais; para posteriormente aprimorar sua formação a partir de conteúdos e metodologias específicas pautados no ensino de Sociologia para educação básica; a fim de atuar nas escolas da rede pública e privada e demais áreas⁶.

²Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera a estrutura as práticas as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim ou do domínio se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 1999, p.15).

³Segundo dados da coordenação do curso, a evasão no curso tem chegado a quase 70%.

⁴Segundo dados da coordenação do curso, o curso que poderia ser concluído em nove semestres (quatro anos e meio) tem sido concluído em sua grande maioria em 14 semestres, ou seja, seis anos e meio.

⁵Entre estas disciplinas destacam-se: Organização e Funcionamento da Educação Básica, Psicologia da Educação, Didática, Sociologia da Educação, Metodologia de Ensino em Ciências Sociais I e II e Estágio Supervisionado I e II, sendo que as três primeiras disciplinas são ministradas por professores do instituto de educação da UFMT.

⁶Segundo o PPC do curso o egresso em Licenciatura em Ciências Sociais poderá atuar como: Professor de Educação Básica; Pesquisador na área acadêmica; Profissional que atue em planejamento, consultoria, assessoria e formação de recursos humanos junto a empresas

Considerando esse PPC, podemos verificar uma problemática divisão no curso entre teoria e prática, que não coopera para o estudante de Ciências Sociais ter clareza sobre suas áreas de atuação no mercado de trabalho (TORINI, 2012).

Conforme o PPC, podemos perceber na prática que atualmente a Licenciatura em Ciências Sociais da UFMT pouca diferença apresenta se comparada ao Bacharelado em Ciências Sociais.

Analisando que na UFMT, as entradas são anuais e durante os quatro primeiros semestres tanto a Licenciatura como o Bacharelado as aulas são ministradas por um único professor em uma única turma, portanto tanto estudantes de Licenciatura como de Bacharelado aprendem os mesmos conteúdos programáticos. Assim sendo, somente no quinto semestre ocorrerá a separação das turmas a fim de cursar disciplinas específicas para a formação.

Fator, esse que tem gerado no curso uma necessidade de reflexão entre os discentes sobre “qual a diferença entre Bacharelado e Licenciatura?”, pois, muitas vezes, estes dois tipos de formação acabam reduzindo a Licenciatura em Ciências Sociais a uma formação que se destina exclusivamente a “dar aulas”, necessitando mais de uma instrumentalização técnica do que uma formação crítica-reflexiva sobre educação.

Mesmo que diversas pesquisas (PIMENTA; LIMA, 2006; HANFAS; MAÇAIRA, 2014; ZAN, 2011) tenham apresentado rupturas com essa visão, que o licenciado durante a formação aprenderá somente a “dar aulas”, portanto não será de sua competência profissional pesquisar/refletir sobre as relações sociais. Ideia, essa que contribui para reproduzir uma representação de professor de Sociologia, que toma o livro didático como seu parceiro formativo para o resto da vida.

Assim sendo, a necessidade de atualização, de reciclagem de metodologias, conteúdos, ou seja, formação continuada mesmo que para os professores da educação básica tem sido algo um pouco “caro”, considerando

públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, pesquisa institucional, etc. (Diretrizes Curriculares, Parecer nº 492/2001-CNE/CES, Resolução n. 2, de 1º. de julho de 2015), (PPC-2013). Contudo, essa atuação do licenciado nas demais áreas é inexpressiva se considerarmos que a grande maioria tem atuado como professores em escolas da rede pública em MT.

não apenas as difíceis condições de trabalho vivenciadas nesta profissão nos últimos anos, mas também o frágil diálogo entre escola e universidade (CALDAS, KUENZER, 2009). No entanto, atualmente podemos constatar diversos programas de pós-graduação em Sociologia consolidados com linhas de pesquisa focadas na Sociologia da Educação, Ensino de Sociologia entre outras (OLIVEIRA, SILVA, 2016).

Vale a pena destacar, que geralmente estas linhas de pesquisa têm atraído muitos professores que atuam ou atuaram na educação básica e hoje se mostram interessados em pesquisar temáticas vinculadas à Formação de Professores, Ensino de Sociologia e Metodologias de Ensino entre outras.

Avaliando que esta representação do licenciado tem sido contestada a partir das recentes discussões focada na Sociologia da Educação, pois o licenciado tem aprendido durante a formação a atividade de pesquisa por meio da prática de estágio (HANDFAS, TEIXEIRA, 2007; PIMENTA, 2006) e de programas como o Pibid (SANTOS, 2017).

Assim, a experiência em sala de aula tem sido considerada impar para se construir reflexões sobre a complexidade presente no espaço escolar (SPOSITO, PERALVA, 1997). Experiência, essa que se materializam a partir de sua inserção em diversos programas de pós-graduação (HANFAS; MAÇAIRA, 2014, OLIVEIRA, SILVA, 2016).

Partindo do exposto, verificamos outra implicação que se apresenta significativa em relação à necessidade de reforma neste curso, a implicação é sobre uma alteração realizada no PPC de 2010 para 2013, referente ao trabalho de conclusão de curso (TCC) da Licenciatura em Ciências Sociais.

Segundo O PPC (2013), o TCC da Licenciatura deveria abranger temáticas vinculadas ao Ensino de Sociologia, Metodologia de Ensino em Ciências Sociais, Sociologia da Educação entre outros temas considerados importantes para a formação de professores. No entanto, verificamos que a produção destes trabalhos não foi suficiente para a Licenciatura alcançar um diferencial do Bacharelado, muitos estudantes continuavam produzindo TCCs sem uma associação com a área de Educação, além de sentirem-se prejudicados e em desvantagens com o Bacharelado por ter que fazer o relatório de estágio juntamente com o TCC.

Deste modo, podemos constatar que o curso já não “caminhava muito bem”, problemas cotidianos eram vivenciados tanto pelo corpo docente como pelo discente em fazer esta distinção entre Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais.

2.Reformando a Licenciatura, adequando o curso a uma resolução.

Partindo da situação exposta, a necessidade de se efetivar uma reforma no curso já vem de longa data. Contudo, podemos perceber que a realidade na prática tem sido outra, pois anos se passaram e o PPC passou por alterações sem muita reflexão⁷, logo tivemos um considerável tempo⁸ para listar inúmeros problemas referentes ao curso, mas dificuldades de operacionalizar quais as reais necessidades para a formação de professores em Ciências Sociais para atuar na educação básica.

Necessidades, essas que na atual conjuntura política e econômica do país precisaremos corresponder ao que se espera da formação de professores em Ciências Sociais. Estes que vivenciam a incerteza de sua formação tendo em vista a ambiguidade provocada pela atual reforma do ensino médio aprovada em 08/02/2017⁹.

⁷Em 2013 tivemos mudanças na grade curricular que foram bastante pontuais, contudo devido aos prazos muitas alterações foram feitas sem refletir, muitas vezes, para adequar a carga horária geral determinada e não a partir de um desenho real do curso.

⁸ Um dos autores participa como membro do colegiado desde 2011 percebe que comissões foram instauradas para realizar as reformas, mas devido a comunicação com a pró-reitora de graduação da UFMT, as mudanças não foram realizadas devido instruções do ministério da educação (MEC).

⁹Conforme o MEC, “o currículo do novo ensino médio será norteador pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidos a todos os estudantes na parte comum (1.800 horas), abrangendo as quatro áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica. Por exemplo, a área de ciências humanas compreende história, geografia, sociologia e filosofia. As disciplinas obrigatórias nos três anos de ensino médio serão língua portuguesa e matemática. O restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos, a seguir: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional. Cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida”. Para mais informações ver: Novo ensino médio. (MEC, 2017).

Sociologia permanecerá ou não no ensino médio? Permanece sim, mas mudanças gradativas irão acontecer no Estado de Mato Grosso, respeitando a Base Nacional Comum Curricular. No Estado do Mato Grosso já temos cinco escolas atuando no atual modelo. Entretanto, a reforma do ensino médio e a obrigatoriedade da Sociologia ficaram com uma interpretação ambígua no documento, pois a Sociologia está na escola, mas o professor de Sociologia deverá ter flexibilidade para atuar em outras disciplinas se possível, algo que já ocorre em Cuiabá.

Examinando o cotidiano acadêmico dos docentes de hoje marcado por diversos prazos e atividades de pesquisa e gestão, muitas vezes, a participação no colegiado de curso pouco contribui para se pensar na formação dos licenciados¹⁰. Assim, o colegiado do curso tem mais a função de administrar do que refletir sobre qual “curso devemos/podemos construir?”.

Mesmo que essa reflexão sobre a formação na graduação possa ser mais pertinente para as funções do Núcleo Docente Estruturante (NDE), nós ainda neste curso não conseguimos fazer um balanço efetivo das discussões presentes no NDE, justamente pelo seu caráter recente no interior do curso.

Problemas vivenciados no gerenciamento do curso como: evasão escolar, ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes)¹¹, período de matrícula, diligências, período de permanência no curso entre outros, retratam um pouco as dificuldades que refletem um curso de graduação em Licenciatura.

Esse que “abriu as portas” para muitos e muitas optarem pela docência como curso superior, especialmente estudantes pobres e trabalhadores, considerando a expansão do ensino superior nos anos 2000 (TORINI, 2012).

Nas turmas de Licenciatura alguns estudantes desejam realmente ser “professor de Sociologia”, fato que fez muitos estudantes ficarem bastante confusos com a reforma do ensino médio¹².

¹⁰Mesmo sendo essa reflexão sobre a formação de professores mais pertinente para o núcleo docente estruturante (NDE), nós ainda neste curso não conseguimos fazer um balanço efetivo das discussões presentes no NDE, pois esse fez apenas duas reuniões presenciais.

¹¹ Em 2014 os estudantes de Licenciatura boicotaram o ENADE, o que resultou em uma nota baixa, portanto uma diligência que tivemos que formar comissão para responder ao MEC a partir de prazos estipulados em um protocolo de compromisso específico.

¹² Mesmo que esta reforma até o momento não tenha sido efetivamente aplicada às escolas de Cuiabá, muitos licenciados já sentem dificuldades na formação, quando precisaram lecionar outros conteúdos programáticos que não aprenderam na formação inicial.

Contudo, essa reforma do curso tornou-se ainda mais real no momento que começamos a lidar com prazos vinculados a reforma da licenciatura. Uma reforma que foi imposta ao curso de modo bastante pontual por meio da resolução de 02 de julho de 2015.

O curso de Ciências Sociais é apoiado por dois departamentos: de Antropologia e de Sociologia e Ciência Política. Como ambos os departamentos possuem projetos além do curso de Graduação – como cursos de Pós-Graduação, por exemplo – nem todo o corpo docente é afinado com a proposta de um curso de Graduação em Ciências Sociais, o que gera dificuldades na administração regular do curso.

Partindo disso, iremos relatar como ocorreu o processo de reforma da Licenciatura em Ciências Sociais, a partir da comissão¹³ que se instaurou a fim de atender resolução n. 2 de 01/07/2015/MEC.

Essa comissão foi composta por um professor do curso de Licenciatura, outro do curso de Bacharelado, um representante do NDE além dos coordenadores de ambos os cursos. Dois representantes estudantis completam a comissão.

A dinâmica das reuniões da Comissão obedeceu aos seguintes critérios: encontros semanais de duas horas abertos aos interessados e com discussão centrada na reforma do PPC. O principal objetivo era atender as determinações previstas pelas novas normas legais constituindo um curso com identidade própria.

Contudo, grande parte do tempo utilizado nessas reuniões destinou-se a construir a nova grade curricular do curso objetivando atender a carga horária de 3200h estipulada pela resolução n.2 de 01/07/2015/MEC e inserir disciplinas que trabalhariam conteúdos programáticos, que seriam essenciais para a formação tanto inicial como continuada de professores.

Segundo o capítulo III desta resolução, podemos verificar a necessidade da inserção de alguns conteúdos na grade curricular, conforme o artigo VIII que o egresso da formação inicial e continuada deverá “Demonstrar consciência da

¹³A comissão da reforma do curso de Licenciatura foi constituída em 28 de março de 2017 por meio da portaria N°.045/Proeg/2017 com o objetivo de escrever a redação do PPC do curso a partir das orientações dispostas da resolução n. 2 de 01/07/2015/MEC com um prazo determinado de finalização até o 30 de junho conforme Pró-reitora de Graduação da UFMT.

diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixa geracionais, de classes, sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade, entre outras” (CNE/MEC/2017)

De acordo com os artigos dispostos na referida resolução composta de oito capítulos, podemos constatar a articulação entre instituição de educação superior e o sistema de educação básica. Articulação, essa que na prática ainda se apresenta bastante complicada, considerando que a universidade pouco dialoga com os egressos atuantes nas escolas de educação básica.

Mas, também problemática se pensarmos que os docentes pouco tempo têm para realizar projetos de extensão ou estabelecer parcerias efetivas por meio do Pibid, Estágios para desenvolver projetos que trabalhem temáticas que se mostram necessárias para a formação de professores.

Consideramos que o pouco tempo está relacionado à atual política de produtividade, que vigora nos programas de pós-graduação. As aulas na graduação, assim como projetos destinados a melhorar a graduação não têm tanto prestígio social como as aulas e os projetos desenvolvidos com alunos de pós-graduação (BITENCOURT, 2014). Um exemplo para isso é que atualmente apenas duas professoras do departamento de Sociologia e Ciência Política atuam nas disciplinas específicas do curso e na formação de professores, os demais professores do corpo docente não disputam essas disciplinas no período de distribuição de encargos no curso.

Atendendo ao eixo principal da Resolução do CNE a Comissão criou duas novas disciplinas: a primeira delas tem como objetivo focar as questões de gênero e sexualidade; a segunda as questões de diversidade étnico-racial.

Ainda que estas temáticas já estejam presentes no curso de graduação enquanto conteúdo em diferentes disciplinas, a Comissão notou que ganhariam maior relevância caso fossem alocadas enquanto disciplinas específicas, atendendo diretamente a Resolução.

Durante os trabalhos diferentes problemas e questões foram apresentados, o que exigiu dos membros da Comissão diálogos e negociações constantes entre os dois departamentos que sustentam o curso de graduação. O que queremos ressaltar é que os trabalhos nunca foram consensuais, demonstrando que antes mesmo de um projeto de formação de professores, os cursos de graduação em Ciências Sociais enfrentam dilemas praticamente intransponíveis

entre as três áreas geradoras: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Ao final a Comissão procurou integrar o corpo docente dos dois departamentos nas disciplinas específicas de formação de professores. Os resultados serão conhecidos apenas com a implementação da nova grade a partir de 2018.

Um dos temas mais controversos foi a retirada da obrigatoriedade do trabalho de conclusão de curso. Muitos docentes consideram o TCC componente fundamental na formação do professor pesquisador; outros questionam a sua viabilidade em curso de Ciências Sociais que possui um público alvo bastante diferenciado daquele considerado habitual. Ao final, a não obrigatoriedade do TCC será um teste comparativo em relação à agilidade dos estudantes no interior do fluxo curricular, uma vez que este componente é obrigatório no curso do Bacharelado.

3. Algumas considerações

Considerando, o atual cenário da educação básica no Brasil podemos verificar que as mudanças propostas alteram a estrutura curricular impactando também a formação de professores, direcionando o curso de Ciências Sociais para reformas pontuais e não estruturais.

Podemos concluir que a reforma não atinge problemas centrais como a atual evasão e a articulação entre teoria e prática profissional.

Importantes decisões foram tomadas pela Comissão que reformou o curso de Licenciatura em Ciências Sociais. Ainda que estas decisões não alterem de forma radical a estrutura do curso nem estipulem uma graduação com identidade específica ao do Bacharelado, elas podem sim ao longo de sua implementação demonstrar a viabilidade de um curso de formação de professores situado no interior do país. Ou seja, procurou-se ajustar os processos de formação de professores no interior das Ciências Sociais às novas demandas sociais – como as questões de gênero e sexualidade, por exemplo – em um contexto socioeconômico bastante peculiar: o perfil dos estudantes no Mato Grosso não contempla habilidades e competências específicas da área, mas a reforma do curso tentou adaptar-se a tal perfil.

Mudanças estruturais em geral são de difícil concepção e implementação, obrigando a Comissão a orientar-se por mudanças pontuais e graduais sem

alterar de forma radical o *status quo* da área, o que requereria maior comprometimento do corpo docente com o perfil dos estudantes que cursam Ciências Sociais no Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

BITENCOURT, Silvana Maria; RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. “Eu quero ser professor de Sociologia”: as influências da Sociologia no ensino médio em Cuiabá (MT). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 51, N. 3, p. 301-308, setembro/dezembro, 2015.

BITENCOURT, Silvana Maria. Os efeitos da política de produtividade para as novas gerações de acadêmicas na fase do doutorado. *Estudos de Sociologia*, v. 19, p. 451-468, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicos. Petrópolis: Vozes, 1999.

CALDAS, Andrea e KUENZER, Acácia. Trabalho docente: comprometimento e desistência. In: FIDALGO et ali (ORG). A intensificação do trabalho docente. Tecnologias e Produtividade. Campinas: Papirus, 2009. pp. 19-48.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. A produção Científica sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica. *BIB*, São Paulo, nº 74.p.43-79, 2014.

HANDFAS, Anita; Teixeira, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. *Revista Mediações. MEDIAÇÕES*, Londrina, V. 12, N. 1, p. 131-142, JAN/JUN. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CONSELHO PLENO. RESOLUÇÃO N.2, DE 1 DE JULHO DE 2015, BRASÍLIA, 2015.

Ministério da Educação. Novo Ensino Médio. Disponível em<: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_01>. Acesso em 21/06/2017.

OLIVEIRA, Amurabi; SILVA, Camila Ferreira da. A SOCIOLOGIA, OS SOCIÓLOGOS E A EDUCAÇÃO NO BRASIL. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 31 nº 91 junho/2016. p. 1-15.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista com François Dubet. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 5. nº 5., p. 222-231, 1997.

PIMENTA, Selma G; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis* – Volume 3. Números 3 e 4, .5-24, 2005/2006.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC). LICENCAITURA EM CIENCIAS SOCIAIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. (Vigência 2013-2017), Cuiabá, 2013.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC). LICENCAITURA EM CIENCIAS SOCIAIS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. (Vigência 2018-2022), Cuiabá, 2013. (Em análise para aprovação)

SANTOS, Mario Bispo dos. O Pibid na Área de Ciências Sociais: Da Formação do Sociólogo à Formação do Professor de Sociologia. Programa. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília. São Paulo, 2017.

TORINI, Danilo Martins. Formação e Identidade profissional. A trajetória de egressos de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ZAN, Dirce Pacheco e. O estágio na formação do professor de Sociologia. *Cad. Cedes*, Campinas, vol 31, n°85, p.447-458, set.-dez.2011.